



ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: um movimento circular

WELCOMING HOMELESS PEOPLE: a circular movement

ACOGER A LAS PERSONAS SIN HOGAR: un movimiento circular

Elaine Silva de Carvalho

Centro Olímpico e Paralímpico de Santa Maria-DF

E-mail: nyacarvalho@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3775-766X>

RESUMO

Este artigo se propõe a fazer um estudo a partir de dados de prontuários de atendimentos do primeiro trimestre de 2015 na unidade de acolhimento feminina para mulheres e mães com filhos de até 12 anos incompletos que encontram-se em situação de rua, o objetivo é entender porque mães após estarem acolhidas e terem a possibilidade de recomeçar a vida retornam às ruas. Os dados colhidos descrevem o perfil e mais diretamente questões que podem balizar os motivos que levam essas pessoas a abdicarem do acolhimento e retornarem às ruas depois de acolhidas nesta unidade, demonstrando que essa ação aponta um movimento circular.

Palavras-chave: mulheres, mães, situação de rua, acolhimento institucional, casa de passagem.

ABSTRACT

This article brings an analysis of data from the medical records of the first quarter of 2015 in the women's sheltering unit for women and mothers with children up to 12 years old who are homeless, the objective of this article is to understand why mothers after being sheltered and have the possibility of restarting their lives to return to the streets. The data collected describes the profile and more directly issues that can clarify the reasons that lead these people to give up the shelter and return to the streets after being sheltered in this unit, showing that this action points to a circular movement.

Keywords: Women, mothers, street situation, institutional shelter, halfway house.

RESUMEN

Este artículo aporta un análisis de los datos de las historias clínicas del primer trimestre de 2015 en la unidad de acogida de mujeres y madres con hijos de hasta 12 años incompletos que se encuentran en situación de calle, el objetivo de este artículo es entender por qué las madres después de estar acogidas y tener la posibilidad de reiniciar su vida vuelven a la calle. Los datos recogidos describen el perfil y más directamente las cuestiones que pueden abordar las razones que llevan a estas personas a abandonar el refugio y volver a las calles después de haber sido acogidos en esta unidad, lo que demuestra que esta acción apunta un movimiento circular.

Palabras clave: mujeres, madres, situación de calle, albergue institucional, casa de acogida.

Recebido em: 17/02/2023

Aceito em: 10/07/2023

Publicado em: 31/08/2023

INTRODUÇÃO

Esse artigo é estruturado em uma abordagem qualitativa, na forma de pesquisa bibliográfica, com análise argumentativa sobre o acolhimento de pessoas em situação de rua. É uma análise sobre o acolhimento em unidade feminina de acolhimento onde mulheres e seus filhos que estão em situação de rua buscam acolhimento.

A questão principal que norteia essa pesquisa é o movimento circular que ocorre na medida em que, após serem acolhidas retornam às ruas ou são inseridas socialmente de maneira paliativa, o que muitas vezes as leva mesmo que a longo prazo a buscarem novamente por acolhimento institucional.



A Análise dos motivos que levaram e levam mulheres com filhos a retornarem às ruas, pode ser feita a partir da observação de dados e relatórios que registram os acolhimentos e a estrutura sócio histórica dessas pessoas.

Avaliar esse movimento cíclico entre acolhimento e retorno à rua é importante para compreender a origem dos motivos, possibilitar melhor intervenção junto a esse público, além de servir como uma ferramenta de fomento às políticas públicas para que sejam mais eficazes e eficientes junto a essas mulheres e seus filhos.

A rua como espaço de moradia

O homem pré-histórico foi caracterizado por uma vida nômade, e pela necessidade da caça ao longo da história da humanidade o homem foi se tornando cada vez mais sedentário e territorial, até mesmo por conta das descobertas que foram facilitando a vida humana.

Então pela total liberdade foi demarcando territórios e o estar na rua foi sendo associado ao não pertencimento ao espaço e ao grupo no qual estava inserido. O homem passa de convivência coletiva ao individualismo pela sua falta de inserção ao grupo.

A Cartilha Diálogos Sobre a População em Situação de Rua no Brasil e na Europa (BRASIL, 2013, p.15) mostra o filósofo Grego Diógenes morando em um barril.

Na Idade Média o quantitativo de pessoas vivendo como pedintes era muito significativo, os acontecimentos que se sucederam ao longo da história acabaram por empurrar pessoas para as ruas em quantitativos cada vez maiores.

Nesse sentido, BESSA (2008, p.84) afirma que a industrialização e o seu processo histórico levaram muitas pessoas a não terem outro espaço senão a rua como moradia:

“Os processos que provocam a ‘situação de rua’ são registrados historicamente desde a época pré-industrial das sociedades européias. Era resultado da pauperização provocada pela absorção insuficiente nas indústrias, da mão de obra das pessoas expulsas do campo”.

Como busca de espaço de amparo, devido aos resultados desse movimento histórico que empurra para as ruas pessoas sem condições de se sustentar e de sustentar suas famílias, surgiram às instituições que trabalham com o acolhimento dos que se encontram em situação de rua.

Por causa de motivos diversos morar na rua, nem sempre acontece por escolha própria, mas o aumento dessa população levou ao aumento também dessas instituições que podem ser governamentais ou não.

Caracterização da população de rua e sua legislação:

De acordo com a Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008, p.7), há vários motivos que caracterizam esse público:

São diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos do sistema penitenciário e psiquiátrico, entre outros, que constituem uma enorme gama de pessoas vivendo o cotidiano das ruas. Ressalte-se ainda a presença dos chamados “trecheiros”: pessoas que transitam de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas, pedindo carona ou se deslocando com passes de viagem concedidos por entidades assistenciais).

Já no texto do decreto nº 7.053 que Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências (BRASIL, 2009, p. 01), a população em

situação de rua pode ser compreendida como: “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular”.

Para Costa (2005, p. 4) *apud* Vieira, Bezerra e Rosa são três os tipos as pessoas em situação de rua, a partir da sua relação com esse espaço:

As pessoas que ficam na rua – configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento. **As pessoas que estão na rua** – são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas. **As pessoas que são da rua** – são aquelas que já estão faz um bom tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência.

Independente da relação que estabelece com a rua, cada dia mais pessoas têm encontrado a rua como única opção pelas mais diversas circunstâncias possíveis e imagináveis. A maioria dos registros tem como argumento a precariedade das condições de vida que por conseguinte tem levado muitas pessoas a não conseguirem se manter e consequentemente estar em situação de rua.

Dados sociodemográficos sobre população de rua:

De acordo com a pesquisa sobre população de rua feita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008 p. 03), e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) sobre a população de rua no

Brasil feito entre os anos de 2007 e 2008 estimaram que existiam aproximadamente 31.922 pessoas que utilizavam a rua como espaço de moradia e dormiam nela, sendo que ainda muitas delas viviam com menos de R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês.

A maioria das pessoas em situação de rua se declaram negras de acordo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008, p.06) sendo que a maioria absoluta é de homens. Todavia os três motivos mais frequentes que levam uma pessoa a procurar a rua como espaços de habitação são: o uso de substâncias psicoativas, o desemprego e desentendimento com parentes/familiares, sendo que a pessoa pode ainda associar um ou mais desses fatores como motivo para essa atitude.

O Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal, realizado por Gatti e Pereira (2011, p.41) mostra quem são a grande maioria de pessoas em situação de rua:

Existem no Distrito Federal 2.512 pessoas vivendo nessa condição, sendo que 78,5% são pessoas adultas, ou seja, 1.972 pessoas, ou seja, 540 pessoas em situação de rua eram crianças ou adolescentes. A maioria das pessoas adultas em situação de rua está desacompanhada (55,9%), e vieram de outras unidades federativas (80,5%), migrando para o Distrito Federal à procura de trabalho (49,1%), para acompanhar familiar (15,4%) e fazer tratamento de saúde (6,4%).

Um fator muito importante observado é que muitas pessoas ainda buscam a capital do país como sonho de mudança de vida, de ter uma existência mais digna e por não conseguirem se estruturar acabam tendo como destino a rua.

Mulheres em situação de rua:

Estima-se que hoje aproximadamente 18% das pessoas em situação de rua no Brasil sejam mulheres, mais da metade está na faixa etária entre 25 e 44 anos sendo que a maioria se declara afrodescendente e tem o primeiro grau incompleto, segundo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008, p.06)

No Distrito Federal a parcela de mulheres em situação de rua é ainda maior dentre o público adulto. Gatti e Pereira (2011, p.79), relatam que 78,1% são do sexo masculino e 21,9% são do sexo feminino. Através dos dados obtidos (77%) das pessoas em situação de rua, não têm ou não alugam imóveis para moradia, fazendo das ruas seu único local de moradia e sobrevivência.

É fato inegável que muitas pessoas ainda se encontram nas ruas tendo seus direitos violados de diversas formas e que apesar de mais de 78,1% de acordo com Gatti e Pereira (2011, p.79.) das pessoas em situação de rua serem homens, o índice de mulheres nessa condição no Distrito Federal supera a média nacional.

Ainda de acordo com o estudo de Gatti e Pereira (2011, p. 79) último feito no Distrito Federal e, comparando com a estatística nacional sobre população de rua, o quantitativo de mulheres em situação de rua no DF é 21,9% enquanto que a porcentagem em nível de Brasil é 18%. Talvez esse quantitativo seja maior por conta da migração para o Distrito Federal de pessoas e famílias que vêm em busca de melhoria de vida.

Além da situação de degradação e despersonalização a que uma pessoa em situação de rua é submetida, essa situação se torna muito pior quando se é mulher e, principalmente quando apesar do todo o sofrimento consciente e inconsciente que é submetida como pessoa adulta, leva consigo uma criança, um filho, um ser em processo de formação física e psíquica. Essa criança é

submetida a um espaço muitas vezes extrema violência, onde falta o alimento, a escola, tendo praticamente todos os seus direitos violados.

Segundo Gatti e Pereira (2011, p.15-16) a situação de rua em Brasília tem um aspecto que a diferencia da situação vivenciada em outras cidades:

A população em situação de rua de Brasília, tal qual a cidade que a (des)abriga, assume algumas características que a diferenciam dos sobreviventes de outras cidades brasileiras. A Capital, que nasceu com o objetivo declarado de promover a igualdade e a fraternidade entre seus habitantes, escondeu a real intenção (...). Viver nas ruas de Brasília, a “Capital da Esperança”, ironicamente, significa viver, com sua família inteira, em meio ao lixo, escondido em cerrados e buracos, temendo perseguições, violências e expulsões por parte de uma sociedade extremamente elitista e preconceituosa e por parte de quem mais deveria protegê-los: o Poder Público.

O Distrito Federal tem mais mulheres que a média nacional em situação de rua, estas em muitos casos vão para as ruas com seus filhos e usam esse espaço como moradia. É importante ressaltar que muitas dessas crianças seguem por duas vertentes opostas: ou se tornam retraídas por estarem nas ruas ou se tornam resilientes e desinibidas até como um mecanismo para sobrevivência.

De acordo com PALUDO e KOLLER (2005, p.188), várias são as adversidades desse enfrentamento:

A literatura é unânime em relação aos fatores de riscos que envolvem a vida das crianças submetidas à situação de rua. A violência, a ausência de adultos cuidadores, as drogas, os perigos e a falta de cuidados básicos são desafios constantes e tornam essa população extremamente vulnerável. Por outro lado, o enfrentamento dessas adversidades e a utilização de estratégias adequadas para lidar com essas situações promovem a construção do processo de resiliência.

Dessa maneira existem ainda alguns problemas com relação à situação de rua, vividos pelas mães e seus filhos. Segundo BESSA (2009, p.65), existem outros motivos que podem contribuir para mudar essa situação:

As diversas formas que depreciam e desqualificam o ser humano que está vivendo essa grave problemática social podem até colaborar para a transformação social, mas podem, por outro lado, contribuir com a estigmatização das pessoas e com o fortalecimento do ponto de vista da 'impossibilidade', que nesse caso está paralelo a um processo de naturalização.

A maioria dessas mães em situação de rua não querem abrir mão dos filhos, e essa conduta pode ser um motivo essencial para mudar o futuro dessas crianças ao passo que essas mães lutam ativamente para mudar os seus contextos e por conseguinte o contexto de vida de seus filhos. E ainda, através do atendimento psicossocial e do referenciamento na rede socioassistencial, por meio da intervenção do Centro de Referência da Assistência Social, entre outros, atuando na promoção social de toda a família.

As mulheres acolhidas geralmente vem da vivência de contextos de violência doméstica ou uso de substâncias psicoativas, vêm de outros estados, muitas com histórico de institucionalização na infância e na adolescência, geralmente tem dificuldades em aderir ao desenvolvimento de projetos de vida, o processo de modificação dessas estruturas adquiridas ao longo da vida são lentos e graduais.

A maioria dessas mulheres recebe algum tipo de benefício socioassistencial que geralmente é insuficiente para que elas se mantenham fora da unidade. O desafio é instrumentalizar essas mulheres para que possam superar essa estrutura adquirida ao longo da vida, para que se sintam capazes de galgar sonhos e construir novas possibilidades, materializando novas perspectivas para si e para seus filhos.

O processo da abordagem ao acolhimento

É importante lembrar que, quando em situação de rua e/ou sem uma casa para retornar, essas mulheres geralmente são atendidas por uma equipe especializada em abordagem social.

É verificada qual a real demanda e, quando essas mulheres estão acompanhadas dos filhos, a melhor opção é a unidade de acolhimento onde as mães possam permanecer com seus filhos.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.31) o atendimento oferecido se caracteriza como: “Acolhimento institucional na modalidade casa de passagem, ou seja, é o acolhimento destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral”.

Na unidade de acolhimento as mulheres têm acesso ao acolhimento e alimentação que geralmente são cinco refeições entre lanches e refeições principais, atendimento psicossocial e acompanhamento feito por orientadores sociais.

Uma das dificuldades encontradas em muitas unidades de acolhimento sendo vinculadas ou não ao governo é que em alguns casos, os profissionais ainda estão trabalhando com uma visão baseada no assistencialismo e não tem uma visão técnica, desconsiderando o saber e a vontade do acolhido.

Para RODRIGUES (2015, p.2), existem espaços com outras características e de curta duração:

Por outro lado, não se deve negar a resistência de parte de algumas dessas pessoas (acolhidos) com relação aos albergues. Conhecidos como local de passagem, uma vez que oferecem abrigos de curta duração, os albergues têm horários definidos e regras consideradas rígidas pelos usuários.

Nesse sentido, RODRIGUES (2015), afirma que é importante dizer que existem regras nas unidades de acolhimento que se quebradas levam ao desligamento dos acolhidos. Geralmente essas regras estão vinculadas ao uso de substâncias psicoativas, e ao uso de violência contra outros acolhidos, ou contra os funcionários da instituição. Esses são os motivos porque se faz necessário uma equipe preparada inclusive para mediações de conflitos.

A grande maioria das mulheres acolhidas tem um histórico de uso de drogas e, um dos primeiros sofrimentos ao chegar ao acolhimento é a abstinência, além disso, de repente perdem a liberdade que a rua oferece e se veem contidas num espaço onde parece que as regras sobressaem aos direitos.

É importante ressaltar que quando a pessoa está em situação de rua ela não têm horários e às vezes nem obrigações que se compatibilize as rotinas de quando se tem uma moradia. Então uma das dificuldades quando as mulheres chegam ao acolhimento com os filhos é trabalhar o resgate e reconstrução dessa reestruturação, desenvolvendo o autocuidado e o cuidado com os filhos e com o espaço, assim como o resgate das relações com a família e o resgate de vínculos comunitários.

O desafio é trabalhar o que já foi posto e ainda empoderar essas mulheres no sentido de informá-las sobre seus direitos e ajudar com que elas possam retomar suas vidas dignamente, sem que se crie um vínculo de dependência com a unidade de acolhimento e com a equipe técnica.

Resultados da pesquisa na unidade de acolhimento

No primeiro trimestre de 2015, na unidade de acolhimento foram feitos 95 acolhimentos de mulheres e (27%) estavam acompanhadas dos filhos, média de 2 filhos e outras acolhidas sem filhos. O acolhimento se diferenciou na duração segundo essa característica, ser acolhida sozinha ou não, ou ter maior idade.

A média de estadia de mulheres sem filhos é de três meses, geralmente as com seus filhos ficam o dobro desse tempo (seis meses). Já as mulheres com mais de 50 anos ficam maior tempo na unidade.

De acordo com a análise, poucas mulheres acolhidas com os filhos assumem o uso de substâncias psicoativas, mas usam crack e álcool e justificam que foram levadas para o vício por seus companheiros ou motivadas por tristeza, desemprego, dentre outros motivos.

Uma das grandes questões sobre o uso de drogas por mães acolhidas é que quando se propõe novas possibilidades para as angústias que elas apresentam pelo uso de drogas elas não aderem à proposta. Por exemplo, a acolhida diz que usa drogas por estar desempregada, mas quando se oferece uma oportunidade de trabalho ela recusa e continua no uso de drogas muitas vezes sendo levada ao desligamento, pois na unidade de acolhimento o uso de substâncias psicoativas não é permitido.

Quanto aos quatro motivos apontados pelas mulheres na busca pela rua, em primeiro lugar dizem que é o despejo, ou seja, elas/seus companheiros não tiveram condições de manter uma moradia. Em segundo tem-se a violência doméstica que muitas vezes torna insustentável a convivência e tem levado muitas mulheres a encontrar na rua um “refúgio”. Em terceiro lugar como justificativa para o desabrigo ainda aparecem pessoas vindas de outros estados à procura de melhores condições de vida. E finalmente em quarto lugar, os rompimentos de vínculos familiares, que muitas vezes acaba voltando para a questão da violência doméstica.

Acontece que no acolhimento algumas mães pedem desligamento da unidade com argumentos que retomam diretamente os motivos que as levaram a pedir o acolhimento. O primeiro, dito pelas mulheres com filhos, é a reintegração familiar. O segundo é o fato de conseguir um trabalho o que possibilita o autossustento e, o terceiro é o retorno para o estado de origem.

De acordo com a pesquisa de Gatti e Pereira (2011, p.114): “Quando questionados sobre o que desejam para o seu futuro, apenas 5,7% dos adultos não têm projetos/expectativas. Os desejos mais citados foram: ter uma casa/lote (24,4%), conseguir emprego (15,8%) e constituir família (6,8%)”.

Mas a saída da unidade de acolhimento traz dificuldades. Um dos maiores problemas apontados por mães acolhidas é a de encontrar creches para que seus filhos possam ficar enquanto elas procuram trabalho. Geralmente as mães que solicitam seu desligamento primeiro são mães de crianças mais velhas (maiores de quatro anos) que tem mais facilidade de encontrar vagas na rede pública de ensino.

Mas pode-se verificar nos questionários que, as mães que voltam às ruas, geralmente são mulheres com transtornos, o que é uma situação muito específica porque, por conta do transtorno se perde muito a capacidade cognitiva.

Outra questão muito específica é que na época do natal muitas pessoas oriundas de outros estados principalmente no entorno do Distrito Federal vem para acampar em algumas regiões. E usam qualquer espaço para morar, como, embaixo de árvores principalmente com crianças.

Essas pessoas têm como objetivo conseguir arrecadar doações de diversos tipos. Essa situação acaba por aumentar o quantitativo de acolhimento principalmente nesse período, o que acontece também ao longo do ano, mas com menor intensidade

Independente de estas mulheres terem filhos ou não, é importante levar em consideração o tempo delas e torná-las parte do processo de ressignificação, de empoderamento. E lembrar sempre que, apesar de todas as situações às quais elas foram submetidas, que continuam sendo sujeitos de direito. E essa transformação deve ser possibilitada através das acolhidas, empreendida pelas mesmas, com auxílio técnico.

No ciclo de debates sobre a população não foram mencionados os dois problemas mais graves que têm atingido de forma direta as mães em situação de rua no Distrito Federal.

Primeiro a violência cometida contra essas mulheres e, segundo o uso de drogas. Muitas dessas mulheres fazem uso de drogas com seus companheiros e não assumem o vício. Tem sido constatado que elas fazem sim uso de substâncias psicoativas apesar de não assumirem e muitas vezes expõem seus filhos a situações de risco, pois levam as crianças quando vão fazer uso dessas substâncias.

Observa-se a necessidade de se ter comunidades terapêuticas para mulheres com filhos, essa modalidade de atendimento não foi identificada no Distrito Federal. Sendo assim, ou as crianças são institucionalizadas para que as mães possam se tratar ou as mães continuam usando substâncias psicoativas na companhia dos filhos.

É importante ressaltar que muitas dessas mulheres não apresentam vínculos familiares extensos ou quando apresentam estes estão extremamente fragilizadas. Em alguns casos as mães acolhidas não apresentam vínculos com os pais de seus filhos.

Não obstante o ciclo de debates sobre esse tema, o trabalho realizado ainda é insuficiente para que a população em situação de rua no Distrito Federal possa se emancipar e ter acesso às políticas Socioassistenciais. O processo de socialização/ressocialização e o acesso às instituições públicas tais como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem sido ineficiente tendo como um dos motivos o quantitativo insuficiente de profissionais disponíveis para oferta de atendimento conforme preconizado pelas legislações vigentes.

Considerações finais

O grupo das pessoas em situação de rua é composto em sua maioria por uma parcela de pessoas que geralmente apresentam baixo nível de ensino, ou que usam as ruas como moradia ou permanência contínua, para o uso de substâncias psicoativas, e muitas vezes as famílias não conseguem mais lidar com a situação. Também podem ser pessoas que não conseguiram se manter financeiramente, ou manter uma estrutura de moradia e acabaram indo parar nas ruas.

O questionário preenchido com base nos atendimentos do primeiro trimestre de 2015 e os dados levantados como base nos atendimentos da unidade de acolhimento feminina foram importantes para mostrar que as mulheres com filhos, se reestruturaram mais rapidamente e geralmente mesmo antes do acolhimento já apresentam um histórico diferente do apresentado por mulheres desacompanhadas.

Diferente da hipótese inicial de que as mães voltavam para as ruas, indiferente às relações que estabeleciam com seus filhos, verificou-se a importância do vínculo familiar ou diretamente com o filho para que as mulheres se reestruturassem novamente.

É interessante, além de mapear as pessoas em situação de rua, investir na pesquisa dos motivos e de que forma esses motivos impactam sobre as decisões tomadas por essas mães. Conseguir intervir junto a essas mulheres significa gerar impactos e transformações diretamente sobre o presente e o futuro dos filhos.

É importante que a Assistência Social possa trabalhar em conjunto com a Saúde já que o uso de substâncias psicoativas no Brasil já se tornou um problema epidêmico de saúde pública o que se tem visto é que o modelo de casa de passagem que é ofertado hoje no Distrito Federal é ineficiente para atender a

maioria das pessoas em situação de rua, pois a maioria dessas pessoas em situação de rua faz uso de substâncias psicoativas.

Os que apresentam transtornos e em muitos casos os decorrentes do uso contínuo de drogas como o crack, uma possibilidade de tratamento em comunidades terapêuticas regulamentadas, haja vista que o modelo de atendimento proposto pelo Centro de Atenção Psicossocial(CAPS) em meio aberto também não é efetivo.

O quantitativo de unidades de acolhimento aumentou, mas a ideia é para além de acolher, possibilitar a reintegração social e em muitos casos, o que se tem visto é a permanência prolongada das acolhidas nas unidades de acolhimento.

O acolhimento para mães é um trabalho árduo, mas necessário, mesmo que seja uma passagem, mas é preciso mudar o sistema vigente para que resultados palpáveis sejam obtidos. Trabalhar com essas mulheres e seus filhos em situação de rua é um trabalho gratificante e, cada passo para a mudança de vida é uma grande vitória.

Referências

BESSA, Décio. Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social. 347 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. pp.65-85.

BRASIL. Governo Federal. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sumário Executivo – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2008.

_____. (2009) Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm [02 mar 2015].

_____. Tipificação nacional de serviços Socioassistenciais. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2009b.

_____. Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

COSTA, Ana P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005. pp. 01-12.

GATTI, Bruna Papaiz; PEREIRA, Camila Potyara (Orgs.). PROJETO RENOVANDO A CIDADANIA. Pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

PALUDO, Simone dos Santos and KOLLER, Silvia Helena. **Resiliência na rua: um estudo de caso.** *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2005, vol.21, n.2, pp. 187-195. ISSN 1806-3446.

RODRIGUES, Robson; Moradores de uma terra sem dono <http://sociologiacienciaevida.uol.com.BR/ESSO/Edicoes/32/artigo1941864.asp>. Acesso em 11 de abril de 2015. (pág. 1-4)

SOBRE A AUTORA

ELAINE SILVA DE CARVALHO

Psicóloga, mestra em Políticas em Saúde pela Escola de Governo Fiocruz, Pós Graduada em Direitos Humanos da Criança e Adolescente pela Universidade Federal de Goiás.